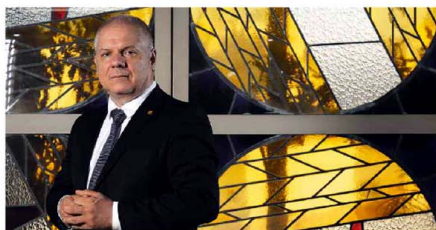


INSS vai mudar regras para conter alta em novos pedidos de benefícios



O presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Alessandro Stefanutto. Roberto Cavallari - 11.set.23/7049955

INSS vai rever regras para conter escalada de novos pedidos de benefícios

Órgão também vai exigir desempenho 30% maior de servidores que optarem por trabalhar remotamente e automatizar processos

Adiana Tomazelli

BRASÍLIA. O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai rever regras operacionais para tentar conter a escalada de novos requerimentos iniciais de benefício, movimento que, na avaliação do órgão, dificulta a redução da fila de espera dos segurados.

O órgão também vai alterar o PGD (Programa de Gestão e Desempenho) para voltar a exigir maior produtividade dos servidores que quiserem permanecer em regime de trabalho remoto. Eles precisarão entregar 30% a mais que os funcionários que atuam nas agências.

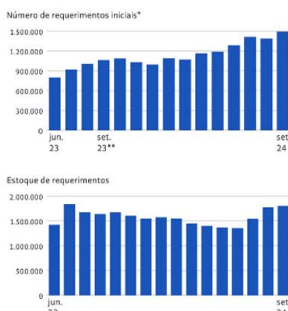
As medidas fazem parte do esforço do instituto de recolocar a fila de espera em trajetória de queda. Após redução nos primeiros 18 meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o estoque de requerimentos voltou a subir na esteira do maior número de pedidos e da greve dos servidores do órgão.

Uma das medidas para 2025 vai restringir a apresentação de um novo pedido pelo segurado que já tem outro processo em fase de recurso após negativa inicial. Ele precisará escolher um ou outro.

A decisão envolve um elemento relevante para o segurado: ao desistir do recurso para ingressar com um novo pedido, ele também perde a chamada DER (data de entrada de requerimento), referência para o cálculo dos valores em caso de deferimento do benefício. Em outras palavras, optar pelo novo requerimento significa abrir mão de eventual pagamento retroativo.

Se ele quiser entrar com um pedido novo aqui [no INSS], ele tem que abrir mão desse pedido [no Conselho de Recursos] e abrir mão do pagamento lá para trás", afirma à Folha o presidente

Escalada de pedidos
Número de requerimentos iniciais de benefício tem alta significativa nos últimos meses



*Dados de jul.24 não disponíveis para acesso público
**Para a contabilizar pedidos feitos por meio de Aterrem
Fonte: Portal da Transparência INSS, Seps, Boletim Estatístico da Previdência Social

do INSS, Alessandro Stefanutto. Hoje, o segurado pode protocolar um novo pedido de benefício enquanto aguarda o julgamento do recurso sem qualquer tipo de contrapartida. Os processos correm em paralelo, pois não são interligados. Agora, passaria a ser: "Tem lá um intermediário que o cliente reclamou, meu pedido está demorando, ele entra com outro. É grátis. Entra no sistema e faz. Essa banalização pode fa-

gundo o INSS, o aumento se deu em todas as espécies, sobretudo no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Stefanutto diz que restringir os novos requerimentos para quem já tem recurso em andamento "não é censurar", mas sim evitar "tumulto processual".

O INSS também estuda, em conjunto com o Ministério da Previdência Social, medidas para diminuir as remarcações de perícia médica, que saltaram para quase 150 mil por mês — antes, oscilavam entre 20 mil e 30 mil. Segundo Stefanutto, o reagendamento muitas vezes é justificado, mas também pode ser usado para adiar a concessão do benefício, o que favorece advogados e intermediários que cobram seus honorários sobre o valor do pagamento retroativo. O governo sai perdendo, pois dificilmente há tempo hábil para preencher o horário que ficou vago, o que gera ineficiência. A medida ainda está em discussão, pois é preciso avaliar com cuidado o impacto para os segurados.

Ele conta que, em outra frente, o órgão precisou abortar a retomada da exigência de perícia médica presencial para quem pede auxílio-doença por doenças ortomusculares (como dores nas costas), pois houve enxurrada de solicitações nos primeiros dias — o que poderia ampliar o tempo de espera dos segurados.

Na tentativa de reatizar a fila de pedidos, o comando do INSS também vai rever o PGD dos servidores. Categoria segue metas de conclusão de tarefas, medidas em pontos. Até 2024, a pontuação mínima para quem estava no trabalho remoto era 30% maior do que no presencial, mas um acordo firmado naquele ano derrubou esse adicional.

Stefanutto antecipa à Folha que vai retomar a exigência de uma pontuação 30% maior para os 6,097 servidores que atuam a distância — cerca de um terço da força de trabalho.

O presidente diz estar ciente de que isso é uma medida impopular entre os funcionários, mas defende ajustes que atendam aos interesses do segurado.

O INSS também aposta na automatização de processos para liberar servidores e direcioná-los à análise das crescentes solicitações. Duas frentes, pelo menos, já estão em fase de implementação. Uma delas é o PrevidJ, plataforma que permite o envio automatizado de ordens judiciais. Antes, o benefício concedido judicialmente dependia da análise do servidor. Agora, isso é feito de forma automatizada pelos próprios tribunais, por meio de sistema integrado.

O órgão também vai implementar uma plataforma de perícias. Hoje, quando um segurado tem parte do seu benefício perhorado para pagamento de dívidas, com desconto em folha, o processamento é feito de forma quase artesanal. Todo mês, um servidor analisa o saldo devedor e lança a nova parcela da folha do segurado.

Com a nova plataforma, esse processo será automático e já calculado para todas as prestações devidas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 18